



## Grupo de Trabalho 2 - Governança e Cooperação no Setor Público

### Gestão da região fronteira nacional: uma análise de conteúdo para subsídio de políticas públicas

Caroline Krüger <sup>1</sup>

Marina Kolland Dantas <sup>2</sup>

Cláudia Souza Passador <sup>3</sup>

**Resumo:** Diante dos esforços recentes para a formação de uma rede de discussão sobre os temas fronteiriços, este estudo objetivou compreender as percepções de diversos atores públicos envolvidos com a gestão e o desenvolvimento da Faixa de Fronteira (FF) nacional, visando subsidiar a avaliação e o planejamento das políticas públicas desta região. Classifica-se como uma pesquisa exploratória e qualitativa desenvolvida mediante análise de conteúdo, com o uso do software NVivo, a partir dos questionários respondidos por 35 atores públicos estrategicamente envolvidos com este território. Os resultados evidenciaram que a gestão da extensa e diversificada FF no Brasil constitui um desafio ao setor, sendo considerada uma região com demandas latentes em diversas áreas. Evidenciou-se um conjunto de fatores que impactam no desempenho das ações implementadas nesta localidade, dentre os quais: a falta de um arcabouço legal e institucional, a descontinuidade das políticas públicas e as falhas na articulação interfederativa.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Gestão pública. Desenvolvimento. Faixa de fronteira.

#### Introdução

Em todo o mundo, desde os anos 1980, a gestão pública sofreu mudanças substanciais em seus modelos de atuação (SECCHI, 2009). No Brasil, com os direitos adquiridos na chamada Constituição Cidadã de 1988, foi fortalecida a democracia por meio de reformas nas instituições político-administrativas nacionais (NETO, 2016), definindo mudanças na gestão e formulação de políticas públicas (ABRUCIO, 2007).

Neste ínterim, entraram na pauta governamental, não somente políticas nacionais, como também regionais, especialmente em localidades consideradas vulneráveis, onde a

<sup>1</sup>Doutoranda em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)/ Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic). *E-mail:* kruger@usp.br

<sup>2</sup>Doutoranda em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)/ Pesquisadora do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic). *E-mail:* marikolland@gmail.com

<sup>3</sup>Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)/Coordenadora do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic). *E-mail:* cspassador@gmail.com



Faixa de Fronteira (FF) do Brasil teve destaque, por ser diagnosticada como região com necessidades enérgicas, carente de políticas públicas promotoras de desenvolvimento.

A FF possui 150 km de largura, contados a partir do limite territorial internacional, estendendo-se de Norte a Sul do país, abrangendo 10 dos 12 países da América do Sul e 11 estados da federação, no qual aproximadamente 10 milhões de pessoas encontram-se distribuídas em 588 municípios (BRASIL, 2016). A região é caracterizada como esparsamente povoada, contrapondo-se a ocupação concentrada da costa atlântica, sendo que esta característica influenciou no estabelecimento pelo Estado de um tratamento geopolítico diferenciado da região fronteiriça em decorrência de sua vulnerabilidade quanto a ameaças externas (BRASIL, 2015; FURTADO, 2015).

Desta maneira, políticas públicas foram implementadas na região desde a década de 1980. Contudo, com o diagnóstico de desarticulação das ações executadas, sugeriu-se a criação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), visando à coordenação das intervenções (BRASIL, 2010). Desde então, o CDIF se consolidou como uma rede de referência para a discussão de temas fronteiriços.

Todavia, dada à crise econômica atual e as consequentes limitações orçamentárias, a gestão pública insere-se em um contexto de escolhas em meio à competição na agenda governamental entre uma série de demandas setoriais. Esta conjuntura levou o Ministério da Integração (MI) a estabelecer uma parceria de estudos conjuntos com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tendo como primeira ação, a Oficina de Trabalho “Fronteiras do Brasil: uma análise de políticas públicas”, realizada em Junho de 2016, que reuniu diversos atores relacionados com o tema para o reconhecimento de demandas, proposição de alternativas e agenda de trabalhos futuros. Neste sentido, o presente artigo contribui para o alcance dos primeiros resultados deste esforço voltado a geração de maior conhecimento para a compreensão do panorama contemporâneo da FF no país.

Esta pesquisa teve por objetivo compreender as percepções de diversos atores públicos envolvidos com a FF nacional sobre o seu desenvolvimento, visando subsidiar a avaliação e planejamento da gestão pública adotada para esta região. A pesquisa é de



natureza qualitativa e caráter exploratório, sendo utilizado para a coleta de dados um questionário com perguntas abertas aplicado aos 35 agentes públicos em posições estratégicas participantes da Oficina de Trabalho citada, cujas respostas foram avaliadas mediante técnica de análise de conteúdo por categoria, com o auxílio do *software* de tratamento qualitativo de dados NVivo.

Frente a esses aspectos introdutórios, a seguir, são descritas as bases teóricas que fundamentaram o desenho da pesquisa. Logo após, são evidenciados os aspectos metodológicos, sendo posteriormente apresentados os resultados e discussões, finalizando na conclusão com a síntese das análises.

### **1. Gestão pública e desenvolvimento da Faixa de Fronteira nacional**

O atual regime democrático na gestão pública brasileira teve início em 1985 (NETTO, 2016), tendo como marco três conjuntos de mudanças, a saber, a democratização do Estado mediante o reforço da legalidade e publicidade; a profissionalização da burocracia; e a descentralização, que abriu espaço para maior participação cidadã, considerando as realidades e potencialidades locais, impulsionando assim, a reformulação de políticas públicas (ABRUCIO, 2007).

Isto porque o desenvolvimento de políticas públicas representa o estágio em que os governos democráticos traduzem seus objetivos em ações passíveis de produzirem mudanças sociais, visto que a essência destas políticas é exatamente a intenção de responder a um problema público (SOUZA, 2006; SECCHI, 2013).

Cumprir destacar as conquistas de direitos com a Constituição de 1988, que fez com que as políticas públicas obtivessem visibilidade no cenário nacional a partir da disponibilização de um arcabouço institucional dotado de estrutura e recursos em diversas áreas (BRASIL, 1988). O Plano Real também apresentou papel importante ao definir certa estabilidade à economia brasileira, formando uma conjuntura propícia a ações para a redução da pobreza e desigualdade, estimulando o desenvolvimento do país (BRUERA, 2015).

Neste mesmo período, houve uma reorientação mundial para que os governos redefiniram suas metas, de modo que o desenvolvimento fosse buscado de forma



integral, ou seja, com crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Difunde-se assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, que Leal Filho (2000) caracteriza como sendo durável, consistente e sistemático.

Diante desse panorama, diversas pautas entraram na agenda governamental, ampliando as iniciativas desenvolvidas em âmbito federal, estadual e municipal. Contudo, apesar dos avanços, estas transformações não representaram completamente melhorias no desempenho da gestão pública, persistindo entraves, como: os reduzidos incentivos à cooperação intergovernamental, a irracionalidade no uso de recursos e a desigualdade na provisão de serviços, gerando problemas de descontinuidade e baixa efetividade das políticas públicas (ARRETCHE, 2006; ABRUCIO, 2007).

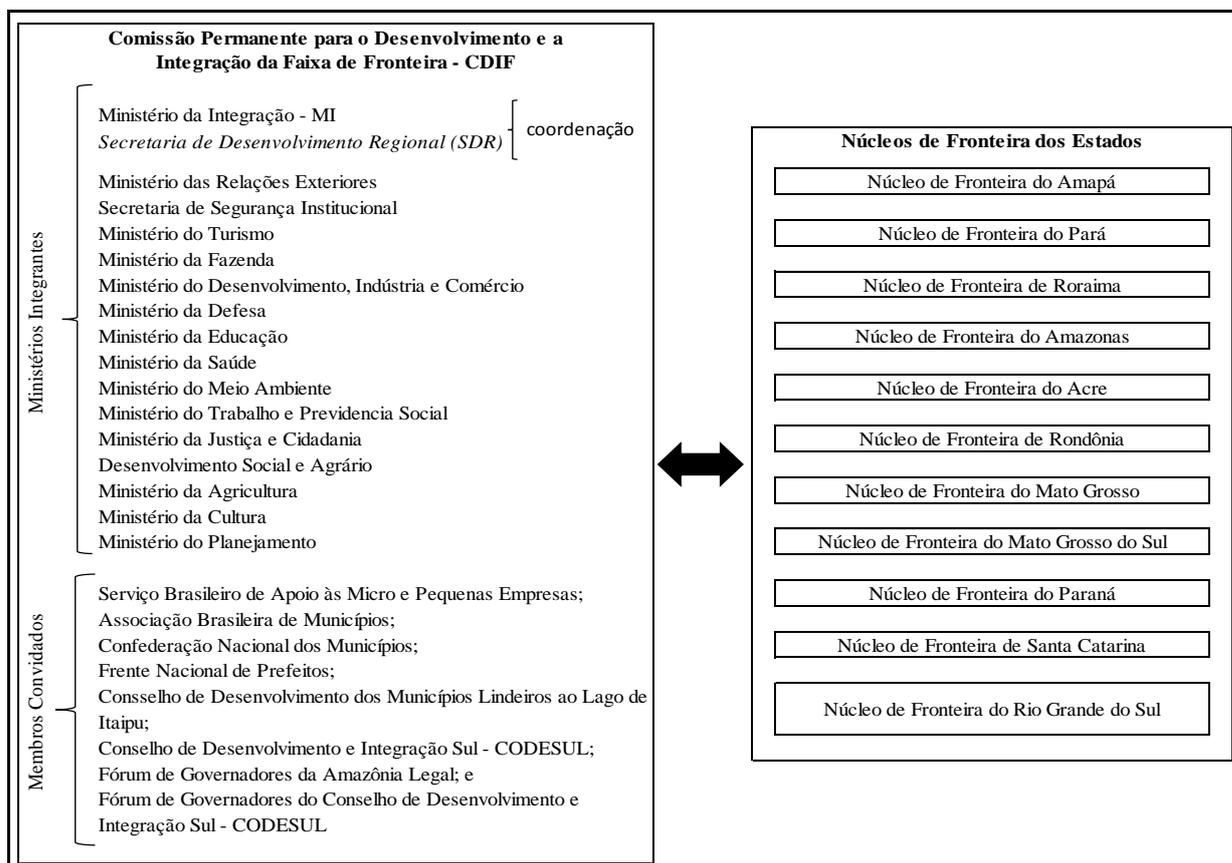
Dentre esses desafios, cabe destacar ainda que prevalece uma concentração de propostas com horizonte de planejamento focado no curto prazo, além da influência de interesses particulares e político-partidários nas diferentes esferas governamentais brasileiras (JANNUZZI, 2012).

Especificamente no contexto da FF, objeto de estudo desta pesquisa, verifica-se que esta área seguiu as tendências do restante do território nacional, recebendo um conjunto de políticas regionais, entre elas, em saúde, educação e segurança, porém, grande parte destes programas não teve continuidade (BRASIL, 2016).

Em 2010, um estudo do Comitê de Articulação Federativa identificou que vários destes projetos foram implementados de forma desarticulada, o que repercutiu na criação da CDIF, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do MI, que possui dentre seus objetivos, a proposição de medidas e gerenciamento das ações do Governo Federal na referida localidade (BRASIL, 2010). A Figura 1 apresenta sinteticamente esta estrutura para a gestão pública na FF.



Figura 1 - Articulação da Gestão Pública para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: MI, CDIF e Núcleos de Fronteira



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Decreto de 8 de Setembro de 2010 que institui o CDIF.

Com o reconhecimento da extensa dimensão territorial e da variedade de paisagens e formação sociocultural da FF, que repercute em diversos níveis de integração transfronteiriça, constatou-se que a única forma viável de tratar este território seria mediante um forte processo de articulação interfederativa.

Por conseguinte, após a criação da CDIF, agregando representantes dos diferentes Ministérios e membros convidados, foram instituídos os Núcleos de Fronteira, que em sua maioria, se organizam a partir de decretos estaduais que designam seus respectivos membros, objetivando identificar e priorizar os problemas para a atuação do poder público; dialogando com instituições atuantes na FF do respectivo estado para: sistematizar as demandas locais, analisar propostas de ações e formular Planos Regionalizados de Desenvolvimento e Integração Fronteiriços (PDIFs) (BRASIL, 2010).



Entretanto, mesmo com essa rede de atores públicos e fóruns de debate, as pautas da FF ainda precisam ser consolidadas na agenda governamental, não apenas no âmbito da defesa do território nacional, mas na amplitude de suas demandas. Nesta região, além das dificuldades socioeconômicas, de infraestrutura e serviços, os problemas locais ganham dimensão internacional, pois a cooperação entre os estados e municípios fronteiriços e seus homólogos vizinhos não é amparado por lei, sendo este aspecto um obstáculo para resolução de problemas comuns em territórios transfronteiriços (BRASIL, 2016). Para contribuir com o tema no próximo tópico são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa.

## 2. Aspectos metodológicos

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e caráter exploratório, visto que foi baseada em uma amostra com foco em gerar uma percepção quanto à essência dos dados e, conseqüentemente uma compreensão aprofundada de determinado fenômeno complexo (MALHOTRA, 2012), no caso, o contexto atual da FF no Brasil.

A técnica utilizada para a coleta dos dados foi à aplicação de um questionário respondido por 35 agentes públicos presentes no evento “Fronteiras do Brasil: uma análise de políticas públicas”, que ocorreu nos dias 15 e 16 de Junho de 2016 na cidade de Brasília, na sede do IPEA.

Cabe destacar, que estes 35 participantes foram organizados de acordo com seus conhecimentos e escolhas, em três Grupos de Trabalho (GT's), para a discussão de aspectos distintos da gestão pública da FF, a saber: o Grupo A - “Integração e Desenvolvimento”, composto por 18 pessoas; o Grupo B - “Mobilidade Transfronteiriça” composto por 9 pessoas; e o Grupo C - “Arranjos Transfronteiriços e Rede Urbana”, composto por 8 pessoas.

Todos esses participantes foram convidados ao evento por integrarem importantes instituições relacionadas à fronteira, sendo considerados especialistas nas temáticas e demandas que envolvem esta região. O Quadro 1 apresenta a composição do evento, ressaltando que neste artigo os participantes tiveram suas identidades resguardadas (sem identificação nominal), logo, foram relatados mediante uma classificação institucional.



Quadro 1 - Instituições dos participantes que integraram a pesquisa

Instituição	Esfera	Grupo	Quantidade de correspondentes
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	Internacional	A	1
Instituto Brasileiro de Geografia	Federal	C	1
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Federal	A	4
		C	1
Ministério da Defesa	Federal	C	1
Ministério da Integração	Federal	A	5
		B	2
		C	2
Ministério das Relações Exteriores	Federal	A	1
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	Federal	A	1
		B	1
		C	1
Universidade Federal de Roraima	Federal	B	1
Sec. de Governo da Presidência da República	Federal	B	1
Sec. Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de	Federal	C	1
Agência de Desenvolvimento do Amapá	Estadual	A	1
Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá	Estadual	B	1
Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional	Estadual	A	1
Núcleo de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	C	1
Núcleo de Fronteira do Estado do Paraná	Estadual	A	1
Núcleo de Fronteira do Estado do Pará	Estadual	A	1
Núcleo de Fronteira do Estado de Santa Catarina	Estadual	A	1
Sec. de Estado da Casa Civil do Acre	Estadual	B	1
Sec. Executiva de Articulação Nacional de Santa Catarina	Estadual	B	1
Sec. Nacional de Segurança Pública do Mato Grosso	Estadual	A	1
Sec. de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima	Estadual	B	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao todo foram 3 modelos de questionários aplicados, visto que cada GT respondeu a um tipo distinto voltado a suas respectivas temáticas. Apesar dessa diversidade, todos os modelos foram compostos por 3 grupos de questões abertas, sendo que neste artigo foi selecionado para a análise 1 grupo de perguntas de cada modelo de questionário. Optou-se por selecionar em cada um dos GT's, as perguntas que abordavam de forma mais geral a gestão pública e o desenvolvimento na FF, visando aprofundar as análises relativas ao tema, eliminando as questões muito específicas das temáticas próprias a cada agrupamento.

Estas perguntas norteadoras encontram-se no Quadro 2.



Quadro 2 - Perguntas norteadoras nos questionários

	GT A - “Integração e Desenvolvimento”	GT B - “Mobilidade Transfronteiriça”	GT C - “Arranjos Transfronteiriços e Rede Urbana”
Perguntas norteadoras	Como os governos dos países têm buscado, individualmente ou de forma bi tri lateral, elaborar planos de desenvolvimento das fronteiras? Como esses planos se articulam? Qual a avaliação e que medidas podem ser sugeridas para melhorar as políticas públicas voltadas direta e indiretamente para as regiões de fronteiras?	Os governos dos países/estados têm buscado, individualmente ou de forma bi tri lateral, elaborar políticas públicas nas regiões de fronteira? Como essas políticas se articulam? Qual a avaliação e que medidas podem ser sugeridas para melhorar as políticas públicas voltadas direta e indiretamente à mobilidade e ao trabalho nas regiões de fronteira?	Como os governos têm buscado, individualmente ou de forma bi tri lateral, elaborar planos diretores e políticas públicas para as cidades das regiões de fronteira? Como esses planos e políticas se articulam? Qual a avaliação e que medidas podem ser sugeridas para melhorar os planos diretores urbanos e as políticas públicas nas regiões de fronteira?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a coleta, utilizou-se o método da análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de procedimentos objetivos e sistemáticos para descrever diversos tipos de mensagens de comunicação, como por exemplo: entrevistas, relatórios, questionários, contratos, entre outros formatos (BARDIN, 2011; MALHOTRA, 2012). Esta análise qualitativa foi realizada com o auxílio do software NVivo seguindo a metodologia proposta por (BARDIN, 2011), envolvendo 3 estágios: (1) determinação das categorias *a priori*, formadas pelas questões respondidas; (2) determinação das categorias *a posteriori*, dado pela análise e codificação das respostas selecionadas; (3) criação de uma matriz de categorias pelas convergências das categorias *a priori* e *a posteriori* (Quadro 3).

Quadro 3 - Matriz de categorias identificadas

MATRIZ DE CATEGORIAS		Categorias <i>a priori</i>		
		Políticas públicas para Integração e Desenvolvimento da FF	Políticas públicas para Mobilidade Transfronteiriça	Políticas públicas para Arranjos Transfronteiriços
Categorias <i>a posteriori</i>	Desempenho das políticas públicas	17	8	5
	Acordos e integração política e econômica, nacionais bi e trilaterais	14	5	2
	Diversidade sociocultural e territorial	6	4	2
	Recursos, infraestrutura, mobilidade e acesso a serviços	4	5	3

Fonte: Elaborado pelos autores.



As categorias *a priori* foram extraídas a partir da análise qualitativa e codificação das respostas nas 3 perguntas norteadoras. Quanto aos critérios de inclusão e exclusão, deve-se destacar que foram incluídas na matriz de categorias apenas as respostas codificadas e coincidentes com todas as categorias *a priori* e *a posteriori*. As respostas foram codificadas segundo o significado das palavras, sendo realizada uma análise de convergência e divergência das respostas. Foram consideradas opiniões convergentes as respostas citadas por mais de uma pessoa, e opiniões divergentes as respostas isoladas. As respostas convergentes foram incluídas na matriz de categorias e as respostas divergentes desconsideradas. Sendo apresentada na próxima seção a análise e discussão das categorias encontradas.

### 3. Análise e discussão dos resultados

Os dados de identificação obtidos nos questionários possibilitaram a caracterização do perfil institucional dos agentes públicos participantes da pesquisa, sendo estes predominantemente de Instituições Federais (0,66), seguidos dos pertencentes a Instituições Estaduais (0,31) e, em menor quantidade, Internacionais (0,03). Sendo importante destacar, a relevância das respostas, pois os agentes possuem ampla experiência na temática em estudo.

Evidencia-se ainda que, das Instituições presentes, o MI, IPEA e os Núcleos de Fronteira, foram as que apresentaram maior número de correspondentes (0,51), demonstrando o interesse e articulação dos integrantes do CDIF e das Instituições de Pesquisa.

Da análise de conteúdo das respostas emergiram quatro categorias temáticas, que agruparam as falas dos entrevistados, a saber: (a) Desempenho das políticas públicas, (b) Acordo e integração política e econômica, nacionais bi e trilaterais, (c) Diversidades sociocultural e territorial, (d) Recursos, infraestrutura, mobilidade e acesso a serviços.

Com relação ao **desempenho das políticas públicas**, ficaram evidentes quatro elementos que repercutem diretamente nesta categoria. Primeiramente, a falta de institucionalidade política, conforme evidenciado na seguinte afirmação: “*a fronteira carece de institucionalidade, tanto no aspecto da legislação, quanto das organizações e*



*suas respectivas capacidades (pessoas, orçamento, etc.). O número de funcionários que “pensam e trabalham” as fronteiras é bastante reduzido e as iniciativas são pouco “enraizadas” (Ator 1, MI). Estas falhas institucionais têm efeito direto no segundo elemento, que é a descontinuidade das políticas públicas na região, pois geram *dependência excessiva de “disposições individuais”*.*

É perceptível ao retomarmos o histórico político da FF, que apesar de programas terem sido implementados, nas trocas de governo as políticas tiveram seus recursos diminuídos ou até interrompidos (BRASIL, 2016). Portanto, faz-se necessário a formação de um arcabouço legal que ampare, além das questões de defesa, a continuidade de programas essenciais ao desenvolvimento, com o estabelecimento de uma agenda que agregue metas e objetivos de longo prazo. Esta dinâmica consistente e coesa das políticas públicas é fundamental para corroborar com as demandas contemporâneas do desenvolvimento sustentável, conforme argumentado por Leal Filho (2000) e Bursztyn e Bursztyn (2012).

O terceiro elemento relacionado ao desempenho das políticas diz respeito à descentralização e articulação interfederativa. Para os atores analisados, o *processo de construção das políticas federais ainda se apresenta centralizado, com pouca participação dos estados e municípios* (Ator 1, SUDECO). Esta evidência corrobora com as afirmações de Abrucio (2007) e Arretche (2006) de que o processo de descentralização no Brasil ocorreu com baixos incentivos à articulação intergovernamental, além de contar com a sobrevivência do patrimonialismo, promovendo falhas no desempenho das ações do poder público.

Este cenário é ainda mais complexo por se tratar da FF, pois se já há *pouca representatividade da população desta localidade na articulação intra-governo* (Ator 2, MI), no processo de construção das políticas públicas para a região, não há autonomia e respaldo jurídico para direcionamento de soluções as problemáticas locais transfronteiriças. Assim, tornam-se essenciais iniciativas que promovam maior articulação por meio de diálogo entre os entes federativos (no caso brasileiro, estados e municípios), como também o empoderamento dos Núcleos de Fronteira e do CDIF para estabelecimento de um marco legal, de forma que os Núcleos possam articular planos de



desenvolvimento na região fronteira, conjuntamente com os países vizinhos; consolidando assim, uma agenda transnacional.

O quarto elemento concatenado ao desempenho das políticas, é a carência de informações para monitoramento e avaliação das políticas na FF. Segundo os correspondentes, as políticas públicas para as regiões de fronteira devem ser sistematicamente avaliadas, *através do levantamento contínuo de informações de fluxo (em complemento á informações de estoque), adicionado a informações sobre os demais países da América do Sul (Ator, IBGE), com base em elementos provenientes da própria zona fronteira (Ator 1, MRE)*. Estas falhas são condizentes com Jannuzzi (2012) que relata um conjunto de deficiências a serem corrigidas nos sistemas avaliativos nacionais, como por exemplo, a descontinuidade nos levantamentos e os problemas na cobertura territorial dos dados gerados.

Dada à **diversidade sociocultural e territorial** das regiões que compõem a FF, não há como estabelecer uma política pública única, como resposta a todas as demandas existentes, não havendo também, um modelo de avaliação homogênea para estas ações. Estas características, se apresentam mais complexas para algumas localidades, *como as cidades da região norte, que estão mais distantes do centro político e econômico do país (Ator 1, Núcleo de Fronteira)*, além de apresentar maiores dificuldades socioeconômicas, quando comparadas as demais localidades da fronteira nacional (BRASIL, 2015). Já se tratando dos **acordos de integração política e econômica, nacionais bi e trilaterais**, os correspondentes descreveram que, é impreterível a *aprovação de legislação que legitime a formação de consórcios entre cidades fronteiriças (Ator 2, NÚCLEO DE FRONTEIRA)*, pois pela falta de amparo legal são poucas as experiências de planos integrados. Mesmo que as localidades dividam problemáticas, como por exemplo, a *incidência de doenças tropicais na fronteira norte, que reverberou em parceria entre Suriname e platô das Guianas para compartilhamento de conhecimento e tecnologia (Ator 1, AGEAMAPA)*, ou a *carteira de trabalho no fronteiro sul, que facilitou o trabalho do cidadão brasileiro em cidade homologa no país vizinho, e da mesma forma o contrário (Ator 1, IPEA)*. Tais iniciativas são *pontuais, complexas e não necessariamente imediatas (Ator 1, MRE)*.



Desta forma, ao chegarmos na categoria **recursos, infraestrutura, mobilidade e acesso a serviços**, percebe-se que a falta dos aparatos anteriores, somado a escassez de recursos públicos, formam um cenário de restrições orçamentárias e políticas, para execução e término de obras de infraestrutura e serviços públicos. Todavia, a mobilidade e o acesso a serviços já existentes pode ser facilitada, ao *reduzir burocracias para fins que dificultam a vida dos cidadãos fronteiriços no dia-a-dia*, como por exemplo, a *desobrigação de traduções juramentadas para fins cotidianos* (Ator 3, MI), dentre outros.

### **Conclusões**

O presente artigo teve por objetivo compreender as percepções de diversos atores públicos envolvidos com a FF nacional sobre o seu desenvolvimento, visando subsidiar a avaliação e planejamento da gestão pública adotada para esta região.

Os principais resultados da análise de conteúdo executada com os questionários respondidos por 35 atores públicos de importantes instituições envolvidas com a FF demonstraram que diversos fatores influenciam negativamente o desempenho das políticas públicas nesta região, incluindo primordialmente: a falta de institucionalidade e articulação políticas; a descontinuidade das propostas; além das falhas no monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Complementarmente, verificou-se que a região fronteiriça também apresenta demandas enérgicas em infraestrutura, mobilidade e acesso a serviços essenciais. Da mesma forma, houve uma convergência de opiniões entre os atores sobre a necessidade de fortalecimento da integração intra e interregional, além da maior articulação desta área com os países vizinhos. O reconhecimento destes problemas pode embasar a tomada decisória, direcionando adequadamente a gestão pública neste território para a superação destas dificuldades, além da identificação de oportunidades que a FF pode trazer para o desenvolvimento de todo o país.

Para tanto, constata-se a partir das discussões que a gestão deve considerar toda a diversidade, em termos culturais, sociais, econômicos e ambientais que marcam a extensa FF no Brasil. Ou seja, para garantir a efetividade das ações desempenhadas pelo poder público é fundamental que as mesmas sejam pautadas na heterogeneidade das



regiões que constituem a fronteira, sem que haja uma padronização nas soluções propostas.

Dentre as limitações da pesquisa, cumpre destacar que não foi considerada a totalidade de perguntas contidas nos questionários, por não estarem atreladas ao tema em estudo, além disso, não foi utilizado o conjunto de apresentações orais desenvolvidas pelos agentes públicos durante o evento no qual os dados foram coletados. Neste sentido, considera-se que informações e opiniões complementares sobre a temática da FF podem ter sido desconsideradas neste artigo.

Apesar das limitações, conclui-se que esta pesquisa apresenta contribuições por gerar maior conhecimento sobre a FF nacional, sendo ainda escassos na literatura estudos que abordem esta temática. Além disso, o artigo gerou um quadro de referência quanto as principais similaridades entre as opiniões dos atores públicos envolvidos com a região fronteira nacional, proporcionando uma visão integrada do contexto atual e das demandas para melhoria na gestão pública e, conseqüentemente, na qualidade de vida nestas localidades.

## Referências

ABRUCIO, F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Edição Especial Comemorativa. 67-86, 1967-2007.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, **Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira: Áreas Críticas de Segurança Pública / Ministério da Justiça**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras – Brasília: Ministério da Justiça, p. 567, 2015.

BRASIL. **Mapeamento das Políticas Públicas Federais na Faixa de Fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras/ organização**, Brasília: Ministério da Justiça, 187p. 2016.



BRASIL. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF). **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: 2010.

BRUERA, H. F. Participation under Lula: between electoral politics and governability. **Latin American Politics and Society**, v. 57, n. 2, p. 1-20, 2015.

BURSZTYN, M. A; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FURTADO, R. S. 35 anos da Lei da Faixa de Fronteira: avanços e desafios à integração sul americana. **Revista Brasileira de Inteligência**, v. 9, p.81-89, 2015.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5 ed. Campinas: Alínea, 2012.

LEAL FILHO, W. Dealing with misconceptions on the concept of sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 1, n. 1, p. 9–19, 2000.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

NETTO, J. V. R. Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 211-235, 2016.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. cap. 2. p. 67-95.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.